IGUALDADE E EQUIDADE POR MEIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ANDREZA BASTAZINI

RESUMO
A história da Educação Especial é um testemunho da evolução da sociedade em sua busca por inclusão e igualdade. Durante séculos, indivíduos com necessidades educacionais especiais foram frequentemente marginalizados, segregados e privados do direito fundamental à educação de qualidade. No entanto, ao longo do tempo, iniciativas visionárias e a luta incansável de defensores da inclusão promoveram mudanças significativas nesse cenário. As raízes da Educação Especial remontam a tempos antigos, onde sociedades antigas como a grega e a romana já demonstravam preocupação com o tratamento de pessoas com deficiências. No entanto, foi somente nos séculos recentes que movimentos mais estruturados e sistematizados em prol da inclusão ganharam força. No século XIX, surgiram os primeiros esforços organizados para oferecer educação às pessoas com deficiências, com destaque para a criação de escolas especiais e a formulação de métodos pedagógicos adaptados. A partir do século XX, avanços significativos foram alcançados, com a consolidação de leis e políticas que garantiam o direito à educação para todos, independentemente de suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiências; Educação; Igualdade; Inclusão.

INTRODUÇÃO

A verdadeira transformação na Educação Especial veio com a conscientização sobre a importância da inclusão e da diversidade. Movimentos sociais, avanços na psicologia e pedagogia, bem como o reconhecimento dos direitos humanos, foram fundamentais para impulsionar mudanças estruturais na forma como a sociedade encarava a educação das pessoas com necessidades especiais.

Atualmente, a Educação Especial representa não apenas uma área de ensino adaptada, mas um símbolo da luta por uma sociedade mais inclusiva e justa. As conquistas nesse campo são evidentes, com políticas de inclusão efetivas, formação de professores capacitados, tecnologias assistivas inovadoras e uma mentalidade progressista que valoriza a diversidade como um pilar da educação de qualidade.

A jornada da Educação Especial é marcada por desafios superados, batalhas travadas e vitórias conquistadas. É um lembrete poderoso de que, através da dedicação, empatia e compromisso com a igualdade, podemos transformar vidas e construir um futuro mais inclusivo para todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças.

A integração apresenta um desafio na educação elementar, orientando as abordagens educacionais focadas na inserção de crianças e jovens no sistema educativo nacional que, devido a disparidades sociais, culturais, de gênero e/ou econômicas, confrontam obstáculos para alcançar a educação ou estão em risco de exclusão dos serviços educacionais.

A concepção de uma sociedade equitativa, onde os cidadãos desfrutam da liberdade de expressão e convicção, vivendo sem temores e privações, está fundamentada no reconhecimento da dignidade inerente de todos os seres humanos e na igualdade de seus direitos essenciais, princípios espelhados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma iniciativa global à qual o Brasil se associou.

Abordar a educação inclusiva implica uma metamorfose da sociedade segregacionista, visando à integração de todos os estratos sociais, sem distinção econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política, em prol de uma democracia participativa.

Essa mudança demanda a participação de cidadãos, autoridades governamentais e entidades sociais, incluindo a educação, que pode fomentar equidade e justiça social para os excluídos não somente do sistema educativo, mas também da própria comunidade.

Entretanto, a educação tem sido afetada pelas variações da política econômica, com reduções no financiamento e a busca por

"igualdade" ao conceder bolsas de estudo para alunos "talentosos" de baixa renda, sem levar em conta o nível de ensino.
Paralelamente, os cortes nos recursos destinados ao Ministério da Educação Pública e às universidades públicas favorecem o avanço do setor privado, restringindo o acesso dos jovens ao ensino superior por meio de exames de admissão, um procedimento que seleciona e exclui os menos favorecidos da escola pública, negligenciando aqueles sem "aptidão intelectual".
Nesse contexto, sob a ótica das bolsas, ocorre segregação social e exclusão dos marginalizados em diversas esferas. Isso se reflete nas políticas educacionais para crianças com necessidades especiais, que evoluem de uma escola integrada para um conceito inicial de escola inclusiva, ao mesmo tempo em que ressurgem categorizações restritivas impostas pela Subsecretaria de Educação Básica, identificando as várias limitações.
Contudo, qualquer forma de preconceito resulta em separação e atenta contra a dignidade das pessoas. Portanto, a escola inclusiva representa uma inovação e um avanço democrático ao acolher membros de todas as esferas sociais.

EXCLUSÃO EDUCACIONAL

A exclusão educacional e a alienação de grupos vulneráveis representam desafios consideráveis para a construção de uma sociedade abrangente, onde as instituições de ensino são inclusivas, proporcionando acesso a uma educação de excelência e integrando os alunos em todas as esferas educacionais e sociais, como partes essenciais da comunidade escolar e da sociedade em sua totalidade.
Alcançar a equidade de oportunidades, remover os obstáculos à aprendizagem, lidar com a diversidade e atender às necessidades de todos os estudantes é uma missão complexa, especialmente quando persistimos em estigmatizar, segregar, diferenciar ou discriminar.
A concepção de escola integradora não surge de imediato, mas é fruto de um processo prolongado, desde a ideia de educação especial até a visão contemporânea de uma escola inclusiva, passando por estágios como escolas especializadas, escolas integradas e atendimento às necessidades especiais de aprendizagem.
No entanto, para concretizar uma escola inclusiva, é fundamental edificar uma sociedade integradora na qual todos tenham um espaço, com suas singularidades, habilidades, saberes e lacunas de conhecimento. Uma sociedade autenticamente democrática não apenas de fachada, mas na prática, onde todos os cidadãos se percebam igualmente capacitados a se engajar ativamente na vida política, econômica, social e cultural, com acesso a serviços primordiais como saúde, educação e moradia.
Nesse contexto social, todos são acolhidos, independentemente de sua posição social, gênero, idade, convicções ou origem étnica, com direitos e deveres equitativos sob a lei, sem privilégios de qualquer natureza – essa é a essência de uma sociedade integradora, que proporciona oportunidades para todos. Conforme Rosseto (2005, p. 42) destaca:

> A inclusão não consiste meramente em transferir alunos de escolas especiais para instituições regulares, mas é um processo de longo prazo que demanda uma reestruturação profunda das escolas para otimizar as oportunidades de aprendizagem de todos os estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

> Uma sociedade integradora acolhe seus membros de todas as camadas sociais, sem preconceitos, exclusão ou entraves ao crescimento pessoal e coletivo. É crucial que todos os cidadãos encontrem seu espaço nessa sociedade, sem serem marginalizados dos contextos nos quais a interação social se desenrola.
> A escola desempenha um papel central na transformação da sociedade, orientando a transição de uma sociedade reprodutiva para uma sociedade produtiva fundamentada em equidade e justiça, sendo, portanto, o epicentro da política de inclusão social.

A INTEGRAÇÃO ESCOLAR E SOCIAL

O ensino escolar desempenha um papel essencial na formação cidadã, envolvendo indivíduos em questões que afetam suas

comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou políticas. Esse envolvimento requer solidariedade entre os membros da comunidade escolar, distribuindo a responsabilidade pela educação não apenas entre os professores, mas também entre os alunos, autoridades, pais e organizações civis.

Nesse contexto, a educação inclusiva exige a responsabilidade de todos os envolvidos no processo de aprendizagem e apoio às crianças com necessidades educacionais específicas, sem categorizá-las com deficiências motoras, visuais, auditivas etc., mas sim como indivíduos com necessidades educacionais particulares.

O propósito da educação deve ser o de abrir mentes para receber colegas com diversas características, integrando não apenas aqueles com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), mas também aqueles que têm dificuldades em ingressar e permanecer na escola. Isso requer uma mudança da mentalidade de tolerância para uma postura ativa de aceitação e integração em todas as atividades educacionais e extracurriculares, tanto por parte dos professores quanto dos colegas. O enfoque deve ser na formação para a convivência e apoio mútuo, em vez da competição exacerbada.

Em uma sociedade capitalista, com uma política neoliberal que valoriza a competição como princípio de sucesso e conforto, é mais desafiador atingir a utopia de uma escola justa e equitativa. No entanto, foram as utopias que impulsionaram transformações em sociedades históricas.

Acredita-se que a educação pode fortalecer a coesão social ao preparar indivíduos para viverem em harmonia e ao oferecer melhores oportunidades de inserção na vida produtiva, desenvolvimento cultural e envolvimento nas instituições sociais. Construir uma utopia que promova uma mudança radical na sociedade em relação a seus valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas é um objetivo que pode gerar transformações significativas.

A educação inclusiva, portanto, está intimamente ligada a uma sociedade democrática, igualitária e abrangente. A reforma política em direção à democracia global deve passar pela escola, que impacta tanto a esfera social coletiva quanto a individual, visando alcançar uma sociedade mais solidária e colaborativa. No entanto, essa abordagem educacional não recebeu a devida atenção dos especialistas da época, que não consideraram as questões relacionadas à educação especial, política de integração educacional e muito menos à educação inclusiva.

A inclusão no âmbito educacional exige uma visão não apenas nacional, mas também global, como uma diretriz política para os países membros das Nações Unidas. Nesse sentido, é crucial reconhecer a definição da UNESCO (1990) sobre inclusão:

A inclusão é um movimento que busca transformar os sistemas educacionais para atender à diversidade dos alunos. É essencial garantir o direito à educação com oportunidades equitativas e está ligada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com ênfase naqueles que, por diversas razões, são excluídos ou correm o risco de marginalização.

A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais em todos os países tem evoluído ao longo do tempo, desde uma abordagem segregacionista e separatista que criava ambientes especiais para crianças com deficiências até a escola inclusiva.

No entanto, em muitas ocasiões, a verdadeira essência da integração escolar não foi devidamente considerada, incluindo como poderia ser implementada e que ajustes curriculares seriam necessários para alcançá-la. Além disso, a formação de professores, tanto inicial quanto em serviço, e a provisão de assistentes para apoiar o trabalho em sala de aula com alunos nessas circunstâncias não receberam a atenção devida.

A relevância da democracia na educação é essencial para moldar os cidadãos do amanhã sob uma nova perspectiva social. A democracia educacional começa com o acesso à escola, assegurando que nenhum indivíduo seja privado desse direito, e que todas as pessoas - crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, com ou sem deficiên-

cias - tenham suas necessidades básicas de aprendizagem atendidas.
Essa abordagem vai além da simples expansão dos serviços educacionais. Ela leva em consideração os contextos socioeconômicos, políticos e culturais dos alunos, visando promover a aquisição de habilidades que possibilitem uma aprendizagem mais eficaz, uma melhoria na qualidade de vida e o alcance de um desenvolvimento econômico, social e cultural que resulte em um melhor desempenho profissional e qualidade de vida.
A educação não deve se restringir unicamente aos fundamentos de leitura, escrita, matemática e resolução de problemas. Ela deve ser encarada como a base para alcançar um desenvolvimento humano mais abrangente, englobando conhecimentos teóricos, valores práticos e atitudes necessárias para que os indivíduos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver com dignidade, participar ativamente do progresso da sociedade, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar aprendendo ao longo de suas vidas.
Contudo, uma democracia educacional que não leve em conta as necessidades de cidadãos frequentemente excluídos do sistema educacional, especialmente aqueles com deficiências que são segregados ou discriminados, é inadequada. Para atingir uma verdadeira democracia na educação, é fundamental uma reforma escolar abrangente que combata a exclusão e a discriminação, garantindo a inclusão de todos os indivíduos.
No contexto brasileiro, a política educacional tem oscilado entre o abandono da educação especial, a escola de integração e uma abordagem hesitante em direção a uma escola inclusiva. Para que a democracia na educação seja eficaz, é essencial uma mudança substancial nesse panorama, com políticas coerentes e inclusivas que garantam a todos os cidadãos o acesso a uma educação de qualidade, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

A EVOLUÇÃO ESCOLAR E A INCLUSÃO

A evolução da escola como instituição ao longo da história reflete diferentes funções e propósitos, desde uma escola elitista que educava os filhos das classes privilegiadas até uma escola voltada para a formação de mão-de-obra e prevenção da vadiagem e da delinquência juvenil, além de preparar futuros trabalhadores. Essa transformação é a raiz da escola pública. Por outro lado, a Igreja Católica desempenhou historicamente um papel importante na educação, formando membros interessados em resgatar crianças carentes por meio da educação para torná-las bons cristãos e, consequentemente, bons cidadãos.
No Brasil, o governo demorou quase três séculos para iniciar ações efetivas em prol da escolarização da população, com esforços mais concretos surgindo apenas na terceira década do século XIX. Entre 1834 e 1934, houve um processo lento, porém constante, de democratização do acesso à educação pública básica nas redes estaduais e municipais (LEÃO, 2005, p.2).
Atualmente, nem todas as instituições educacionais recebem crianças carentes em suas salas de aula, e muitas delas são consideradas elitistas devido às altas mensalidades cobradas. Isso torna a escola privada tradicional não inclusiva. A escola pública, ao longo da história, foi considerada tradicional não apenas pelos métodos pedagógicos empregados, mas também pelos objetivos de formar bons cidadãos. No entanto, é essencial reconhecer que todo cidadão, menino ou menina, tem o direito de ser educado, instruído e acolhido nas escolas públicas, sem distinção de classe social, religião, raça ou condição física.
Historicamente, houve uma segregação do "anormal" e do "diferente", sem considerar a possibilidade de inclusão de meninas e meninos com deficiência nos grupos considerados "normais". Essa atitude refletia uma intolerância e rejeição à diversidade, sendo considerada "natural" sob a premissa de que a escola deveria formar cidadãos íntegros, saudáveis e produtivos. Essa reflexão histórica ressalta a importância de promover a inclusão e a diversidade nas instituições educacionais, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas

diferenças ou condições.

A transição da escola tradicional para a escola inclusiva está intrinsecamente ligada à evolução das concepções em torno da deficiência e da diversidade. Na concepção tradicional, as diferenças na constituição biológica das pessoas eram frequentemente vistas como barreiras intransponíveis, justificando a exclusão daqueles que enfrentavam disfunções biológicas das atividades consideradas "normais" (TUNES, 2003, p. 9).

Essa exclusão, por sua vez, acabava por amplificar as barreiras ao desenvolvimento intelectual, criando um ciclo contínuo que levava à constituição de deficiências, não apenas físicas, mas também sociais e educacionais. A definição de deficiência pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função, temporária ou permanente, ampliou o entendimento sobre as limitações que as pessoas podem enfrentar em termos psicológicos, fisiológicos ou anatômicos.
Na pedagogia moderna, o termo "deficiência" foi substituído por "diversidade", que é entendida como uma restrição ou impedimento à capacidade de realizar uma atividade de forma considerada normal para o ser humano. Essa mudança de terminologia reflete uma abordagem mais inclusiva e centrada na pessoa, considerando as limitações como parte da diversidade humana e não como uma condição que justifica a exclusão.
Claro, vou criar um texto original sobre o tema das necessidades especiais e inclusão na educação:

A compreensão e abordagem das necessidades especiais na educação passaram por uma transformação significativa ao longo do tempo, visando reconhecer e atender às diversas experiências e exigências das pessoas com deficiência. Essa evolução conceitual é crucial para promover a inclusão e garantir que todos os indivíduos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças individuais.

A classificação das deficiências em categorias como físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais desempenha um papel fundamental na compreensão das necessidades educacionais específicas e no fornecimento de apoio adequado a esses grupos de indivíduos. A Educação Especial emergiu como uma resposta para atender às demandas únicas de crianças e adultos que se enquadram nessas categorias.
Dentro do campo da Educação Especial, a identificação das necessidades educacionais especiais abrange a identificação de habilidades excepcionais em áreas como científica, humanística, artística e motora, que exigem um ambiente propício para o desenvolvimento dessas capacidades. No entanto, no cenário educacional brasileiro, ainda há uma carência de instituições e escolas capacitadas para atender eficazmente a essas necessidades específicas, juntamente com a falta de capacitação dos professores para reconhecer e apoiar esses alunos.
O Autismo, caracterizado como um transtorno generalizado do desenvolvimento, impacta as interações sociais, a comunicação e os padrões comportamentais. Os sintomas do autismo podem incluir desafios nas relações sociais, atrasos na comunicação verbal e comportamentos repetitivos ou restritivos. Para garantir a inclusão e uma educação adequada para indivíduos com autismo e outras necessidades especiais, é essencial oferecer um suporte educacional personalizado, currículos flexíveis e estratégias de ensino adaptadas às suas particularidades e preferências individuais. A identificação precoce, o suporte especializado e a formação contínua dos professores desempenham um papel vital na garantia de que esses alunos recebam a educação e o apoio necessários para desenvolver seu potencial e participar plenamente na sociedade.
A detecção precoce de diversas necessidades especiais, como autismo, surdez, perda auditiva e deficiência intelectual, é fundamental para garantir o desenvolvimento e o progresso adequados das crianças. Muitas vezes, essas condições podem passar despercebidas pelos pais e educadores, resultando em atrasos na identificação e encaminhamento para intervenções especializadas. Em relação à surdez e perda auditiva, é crucial identificar essas condições o mais cedo

possível, uma vez que a audição desempenha um papel essencial no desenvolvimento da linguagem e na educação. Crianças com limitações auditivas se beneficiam de intervenções precoces e do uso de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e sistemas de comunicação visual, como a língua de sinais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela excelência educacional em todos os níveis do sistema de ensino brasileiro é um objetivo central da política educacional governamental e de cada instituição que aspira ser reconhecida como uma instituição de destaque. Contudo, poucos - se é que alguém o faz - se dedicam a ser reconhecidos como escolas que priorizam a inclusão.

Frequentemente, confundimos a disponibilidade ou a capacidade de ingressar em escolas, sejam elas de baixo custo ou quase gratuitas, acessíveis a todos que desejam e que atendem aos requisitos administrativos para admissão ou sucesso em avaliações de admissão, onde a habilidade intelectual é posta à prova juntamente com a capacidade de interação, participação em atividades educacionais colaborativas e relacionamento com todos os membros da comunidade educacional.

Uma escola inclusiva dispensa a necessidade de avaliações de admissão, não faz distinção com base em aspectos financeiros, de origem ou social, não classifica os alunos com base em habilidades intelectuais que favoreçam a competição e a exaltação do individualismo por meio de prêmios, sob a justificativa de superação pessoal e participação obrigatória, ou seleciona alunos para liderar em eventos de homenagens nacionais. Pelo contrário, ela promove a cooperação, a aceitação e a assistência mútua, o diálogo sem hierarquias e a equidade no tratamento de todos os estudantes, independentemente de gênero, idade, posição social, religião, política ou etnia.

Conclui-se que a promoção de uma escola inclusiva é uma política crucial para atender às necessidades educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Em todos os casos, seria uma jornada enriquecedora, cujos resultados certamente seriam inspiradores para as comunidades beneficiadas. Não basta ter um ensino intercultural e bilíngue, mas sim um ensino que atenda às necessidades da população de acordo com as características geográficas da região em que se encontra, sua estrutura social e suas potencialidades produtivas. É evidente que o respeito pela cultura, língua e particularidades das pessoas é o melhor estímulo para a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. LEÃO, S. T. F. L. Breve análise sócio-histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005.

Disponível:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Sils e_Teixeira _Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 04 abr.2025. ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.